A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: Uma abordagem histórica¹

THE STRUGGLE FOR HUMAN RIGHTS AND THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT: A historical approach

**Francisco Wagno Dantas Cezário²
Maria Mônica de Brito Silva³
Mônica Rocha Teixeira⁴
Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira⁵**

RESUMO

O presente artigo busca provocar algumas discussões acerca do trabalho do assistente social e seus impactos na contemporaneidade, elucidando suas reais contribuições para o processo de construção da cidadania e justiça social. Para tanto, necessário se faz entender a evolução histórica dos direitos humanos, na busca por uma genealogia deste conceito, os avanços e retrocessos que a luta pelos direitos fundamentais do homem sofreu ao longo da história da humanidade e sua relação com o papel do assistente social, para tanto, conta com o auxílio da ciência histórica como disciplina auxiliar na busca do melhor entendimento dessa questão. No decorrer deste trabalho são esboçados importantes fatos que envolveram a luta por direitos, consubstanciando com o surgimento do profissional do assistente social não apenas como aliado dos mais humildes, mas também como responsável pela ampliação ou transformação dos direitos garantidores da cidadania plena. Como resultado foi possível perceber que o assistente social, principalmente na contemporaneidade, se revela como um sujeito atuante nas diversas esferas sociais, daí a necessidade de se buscar as origens do seu trabalho, fazendo a ponte com o desenvolvimento histórico dos direitos humanos.

Palavras-chave: Assistente Social. Direitos Humanos. Cidadania.

ABSTRACT

This article seeks to provoke some discussions about the work of the social worker and its impacts on contemporary times, elucidating their real contributions to the process of building citizenship and social justice. Therefore, it is necessary to understand the historical evolution of human rights, in the search for a genealogy of this concept, the advances and setbacks that the struggle for fundamental human rights has suffered throughout the history of humanity and its relationship with the role of the social worker, therefore, counts on the help of historical science as an auxiliary discipline in the search for a better understanding of this issue. In the course of this work, important facts are outlined that involved the struggle for rights,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Potiguar, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, em 2022.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Potiguar - E-mail: monicarochamessiastargino@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Potiguar - E-mail: dantaswagno569@gmail.com

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Potiguar - E-mail: mariamonicabrito@gmail.com

⁵ Professora-Orientadora. Docente na Universidade Potiguar - E-mail:fernandakallyne@unp.br

consubstantiating with the emergence of the social worker professional not only as an ally of the humblest, but also as responsible for the expansion or transformation of the guaranteeing rights of full citizenship. As a result, it was possible to perceive that the social worker, especially in contemporary times, reveals himself as an active subject in the various social spheres, hence the need to seek the origins of his work, making the bridge with the historical development of human rights.

Keywords: Social Worker. Human Rights. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, os direitos humanos estão na ordem do dia das discussões dos seminários internacionais e nacionais, palestra sobre diferentes temas envolvendo os direitos sociais e civis, a luta do movimento negro pela sua autoafirmação e contribuição para a história e cultura brasileira, a luta do movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, Bissexuais, transexuais, questionando ou queer, intersexuais, + é o termo que engloba todas as letras da sigla completa) em travado um constante debate em torno da desmistificação da ideia de família nuclear que se tinha como modelo até então; o movimento feminista escancara a discussão sobre o que é “ser mulher” na sociedade capitalista de consumo atual, colocando posturas machistas contra a parede, posturas estas até então tidas como “corretas” em nome da “moral e dos bons costumes”.

O que todas essas questões e esses debates têm a revelar? Temas polêmicos como o aborto, as cotas raciais, a descriminalização da maconha, o casamento homoafetivo, entre outros, revelam que a dinâmica e principalmente a mentalidade das populações mudam, e essas mudanças são operadas através dessa dialética de conflitos e tensões, trazendo à cena significativas mudanças comportamentais. Essas mudanças foram conseguidas através das lutas travadas pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos nesses movimentos.

O surgimento e a evolução histórica do trabalho do assistente social andaram de mãos dadas com a conquista desses direitos, tendo em vista que os assistentes sociais se envolveram de forma engajada em torno da discussão da “questão social”, elaborando estratégias de intervenção em torno dos principais problemas que afligiam a sociedade no mundo e no Brasil. No Brasil, o trabalho social se constitui principalmente a partir da década de 1930, através de setores da burguesia e da Igreja Católica, concomitantemente à implantação das leis sociais, influenciadas nas leis trabalhistas de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”. Nesse decurso histórico-social o trabalho do assistente social passou de uma visão tradicional para uma visão em que o profissional atua como um importante agente de transformações e de mudanças dos desníveis sociais, ajudando na luta e ampliação dos direitos humanos fundamentais.

Desta forma, o objetivo geral desse estudo é: Refletir acerca do trabalho do assistente social e seus impactos na sociedade com foco nos direitos humanos. E como específicos: Compreender a evolução histórica dos direitos humanos, na busca por uma genealogia deste conceito; perceber os avanços e retrocessos que a luta pelos direitos fundamentais do homem sofreu ao longo da história, e por fim, elucidar as reais contribuições do assistente social para o processo de construção da cidadania e justiça social.

Este trabalho é uma revisão literária, diante do processo de busca, análise e descrição sobre a luta pelos direitos humanos e o trabalho do assistente social, em

uma abordagem histórica, as pesquisas foram realizadas através de artigos, monografias e capítulos de livros, tendo como principais autores, IAMAMOTO(1992); REIS(2010); ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO(2014), MARTINELLI(2010); MARX(2010), entre outros.

Para tanto, o referido estudo está constituído dos seguintes elementos: 1 Introdução; 2 Direitos humanos: surgimento e evolução histórica, 2.1 As revoluções burguesas e a luta pelos direitos humanos, 2.2 Séculos XVIII e XIX iluminismo, liberalismo e doutrinas socialistas; 3 O século XX: Estado de bem-estar social, neoliberalismo e a consolidação do serviço social no Brasil e no mundo, 3.1 O serviço social gestado nos princípios filantrópicos e suas transformações, 3.2 O surgimento do serviço social no Brasil e a luta no período ditatorial, 4 Considerações finais e por fim, as referências.

2 DIREITOS HUMANOS: Surgimento e evolução histórica

Desde que o ser humano adquiriu consciência de si, através de processos evolutivos que desencadearam transformações na estrutura do seu cérebro, ele passou a indagar sobre o seu lugar social no mundo e conseqüentemente sobre o significado de sua atuação enquanto ser histórico e social localizado em uma determinada época e determinado espaço. Essas transformações vieram acompanhadas da luta por direitos sociais, adquirindo diferentes nuances em cada época e espaço partindo deste pressuposto, entendemos que os direitos humanos sejam direitos fundamentais para a condição humana, e as transformações e conquistas alcançadas são fruto de muitas lutas como cita, Canotilho (1998)

As expressões direitos do homem e direitos fundamentais são frequentemente utilizadas como sinônimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos; direitos fundamentais são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espaço- temporalmente. Os direitos do homem arrancaríamos da própria natureza humana e daí o seu caráter inviolável, intertemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta (CANOTILHO, 1998, p.259).

Quando se fala em direitos humanos e observando a partir de uma ótica histórica, observa-se uma narrativa a respeito da longa trajetória humana em busca de uma ordem social pautada em valores como a justiça, a igualdade, a equidade e a participação dos diferentes agentes sociais nas diversas esferas de poder, tanto na vida pública quanto privada. No decorrer do tempo houve vários episódios de lutas por direitos socialmente negados pelas lideranças e pelos pensamentos ideológicos da época.

Várias lutas por direitos humanos se decorreram no decurso do tempo, ao longo da história, e isso é percebível de várias formas, seja por meio de manifestações como rebeliões, marchas, greves, interrupção de tráfego, nudez públicas, dentre outras.

A percepção desse processo de transformação se dar ao analisar em que momentada história se deu as transformações, até os dias atuais, com isso se faz necessário a busca por suas raízes para melhor entender o presente e suas transformações. As transformações foram acontecendo de forma lenta durante o decurso do tempo, ao longo dos anos, mesmo que alguns tenha havido

rompimentos bruscos.

É importante salientar algumas personalidades da época, que pontuaram dentre a construção e consolidação dos pensamentos voltados para os direitos humanos, na idade antiga, no século VI a. C. houve pensadores que tinham doutrinas que buscavam acordar as pessoas os seus direitos dentro de uma sociedade específica.

Assim, na Idade Média remete para a área da religião, quando o cristianismo defende a igualdade de todos os homens numa mesma conjuntura de dignidade, foi também durante essa época que os matemáticos cristãos recolheram e desenvolveram a teoria do direito natural, em que o indivíduo está no centro de uma ordem natural e jurídica justa, mas a lei divina tem prevalência sobre o direito laico, tal como é definido pelo imperador, o rei ou o príncipe. De acordo com Nelson Dácio Tomazzi (2010):

foi somente a partir do século XIII, na Inglaterra, que se criaram as primeiras cartas estatutos que asseguravam alguns desses direitos: a magna carta (1215-1225), por exemplo, que protegia apenas os homens livres, e a *petitio nofrights* (1689) que submetia a monarquia à soberania popular, transformando-a numa monarquia constitucional. Cabe destacar ainda o *act of settlement* (1707), que completava o conjunto de limitações ao poder monárquico, e o *habeas corpus amendement act* (1769), que anulava as prisões arbitrárias (TOMAZI, 2010, p. 25).

Ressaltasse ainda que durante a Idade Média, a noção de direito subjetivo estava ligada ao conceito de privilégio, uma vez que, até a revolução francesa, a sociedade europeia se organizava em “ordens” ou “estamentos”. Dessa maneira, a reforma protestante é vista como a passagem das prerrogativas estamentais para os direitos do homem, uma vez que a ruptura da unidade religiosa fez surgir um dos primeiros direitos individuais: o da liberdade de opção religiosa. Dentre as consequências da reforma, destaca-se: a laicização do direito natural a partir de grócio e o apelo à razão como fundamento do direito. Como afirma Lewandowski: “na ordem política medieval, jamais se aceitou, de fato ou de direito, a ideia de que o indivíduo possuísse uma esfera de atuação própria, desvinculada da polis”. (LEWANDOWSKI, 1984, p.8). Desconhecia completamente a noção de direitos subjetivos individuais disponíveis ao estado. Porém, pode-se perceber que cada comportamento se situa dentro da mentalidade da época em que se insere. E isso não poderia ser diferente durante a medieval, uma época em que toda esfera da vida social estava pautada pelos dogmas da igreja católica.

Segundo PÉREZ-LUÑO,

São ingredientes básicos na formação histórica da ideia dos direitos humanos duas direções doutrinárias que alcançam seu apogeu no clima da Ilustração: o jusnaturalismo racionalista e o contratualismo. O primeiro, ao postular que todos os seres humanos desde sua própria natureza possuem direitos naturais que emanam de sua racionalidade, como um traço comum a todos os homens, e que esses direitos devem ser reconhecidos pelo poder político através do direito positivo. Por sua vez, o contratualismo, tese cujos antecedentes remotos podemos situar na sofística e que alcança ampla difusão no século XVIII, sustenta que as normas jurídicas e as instituições políticas não podem conceber-se como o produto do arbítrio dos governantes, senão como resultado do consenso da vontade popular (PÉREZ LUÑO, 2002, p.23).

E dentro deste contexto histórico “com o desenvolvimento laico do

pensamento jusnaturalista, nos séculos XVII e XVIII que as ideias acerca da dignidade da pessoa humana começam a ganhar importância, especialmente pelos pensamentos de Samuel Pufendorf e Immanuel Kant” (FACHIN, 2009, p. 48). Esses pensamentos fundamentaram os movimentos posteriores e conseqüentemente fortaleceram todas as lutas e conquistas que serão pontuadas a seguir.

2.1 As revoluções burguesas e a luta pelos direitos humanos

Para uma compreensão mais ampla acerca dos direitos humanos, pode-se partir da ideia de que foi fundamental três processos revolucionários, passando de uma “era dos deveres” para uma “era dos direitos”, tem-se no século XVII a Revolução Inglesa; no século XVIII a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, que são marcas fundamentais do nascimento da modernidade irão se destacar pelo fato de terem introduzido na história as declarações dos direitos. Em ordem cronológica ter-se-á primeiramente a declaração de direitos inglesa de 1689, em seguida a declaração de direitos do estado da Virgínia, de 1776, e depois o marco fundacional do que se entende como a base dos direitos humanos atuais: a declaração dos direitos do homem e do cidadão francesa de 1789, influência das ideias iluministas, que vieram a operar profundas transformações no seio da sociedade ocidental que repercutiram em todo o mundo influenciando processos revolucionários como a inconfidência mineira que ocorreu no período colonial brasileiro, criando as bases para a futura Independência do Brasil, pois foi considerado o primeiro movimento de cunho separatista em relação à metrópole. Ressalta-se que embora no passado o indivíduo fosse considerado sujeito de direito e obrigações internacionais apenas em raras situações específicas, atualmente, o reconhecimento dos direitos internacionais do ser humano já não se pode ser contestado (ACCIOLY, 1996).

Da mesma forma que a revolução inglesa do século XVII, a Revolução Francesa pode ser considerada o resultado de uma vasta evolução social e econômica, que culminou com a ascensão da burguesia ao poder. Situada entre o povo e a aristocracia, a burguesia se constituía numa classe forte, que foi aos poucos introduzindo a sua ideologia na sociedade da época. A consagração desta nova sociedade idealizada pela burguesia deu-se justamente em 1789, ano da Revolução Francesa (TEIXEIRA, 2018).

Assim, a construção de ideias acerca da afirmação dos direitos da pessoa humana adquire forma com a Revolução Francesa no século XVIII que culminou na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (TEIXEIRA, 2018). A partir desse momento a ideia de direitos humanos só vem ganhando respeitabilidade, de maneira que nos últimos duzentos anos inúmeros opressores lançaram mão da linguagem dos direitos humanos para efetivarem os mais diversos tipos de violações de direitos (TRINDADE, 2002).

Rousseau (1757), por exemplo, assevera que o homem nasce em um estado natural de pura bondade, mas o contrato social foi criado como forma de garantir ao mesmo tempo a igualdade e a liberdade por meio da soberania popular, pela qual os homens criam sua liberdade para a realização do bem comum. De acordo com Frederico Kumpel e Antonio Souza (2014): “essa união universalista e racionalista originou o conceito de direito natural, que culminou com a doutrina de Kant, para quem o estado era um instrumento fixado de leis, criadas pelos cidadãos, e a liberdade era um imperativo categórico fundamental para se conceber a figura

humana”.

John Locke o percussor na idade moderna (FERREIRA FILHO, 2010), defende a ideia de separação de poderes como técnica de garantia e concretização das liberdades individuais bem como de limitação do poder estatal (ALBUQUERQUE, 2015).

Uma boa compreensão da tripartição de poderes idealizada por Montesquieu, é necessário ter claro em mente duas concepções, a saber, independência e liberdade. O primeiro passo, é compreender que não se deve confundir o poder do povo com liberdade, segundo Montesquieu, nas democracias, o povo tende a acreditar que liberdade é fazer o que quiser, quando na verdade, isso é a independência do povo frente ao Estado, não à sua liberdade propriamente dita (MONTESQUIEU, 2003), “os homens são iguais e detêm iguais direitos à vida, à liberdade e à propriedade” (RECIO; NASCIMENTO, 2012, p. 10). Aqui já aparece a ideia de que nem todos são iguais desdeo nascimento.

Ainda fundamentados nos mesmos autores, o que une a doutrina dos direitos humanos e o contratualismo é a concepção individualista da sociedade, a concepção segundo o qual primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e com suas carências, que tomam a forma de direito em virtude da assunção de uma hipotética lei da natureza, e depois a sociedade, e não vice e versa como sustenta o organicismo em todas as suas formas, segundo o qual a sociedade é anterior aos indivíduos (Ibid, 2005).

BOBBIO afirma,

O pressuposto filosófico do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou jusnaturalismo): doutrina segunda a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer à força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros (BOBBIO, 2004, p.11).

Por sua vez, o contratualismo, parte da tese cujos antecedentes remotos se pode situar na sofística e que alcança ampla difusão no século XVIII, sustenta que as normas jurídicas e as instituições políticas não podem conceber-se como o produto do arbítrio dos governantes, senão como resultado do consenso da vontade popular (PEREZ-LUÑO, 2006, p. 24 -25).

Adiante, o mesmo autor salienta que:

o traço básico que marca a origem dos direitos humanos na modernidade é precisamente seu caráter universal. O destinarem faculdades que devem reconhecer-se a todos os homens sem exclusão. Convém insistir neste aspecto porque direitos, em sua acepção de status ou situações jurídicas atuais de liberdade, poder, pretensão ou intimidade existiram desde as culturas mais remotas, porém, como atributos apenas de alguns membros da comunidade (...)pois bem, resulta evidente que a partir do momento no qual podem-se postular direitos de todas as pessoas é possível falar em direitos humanos. Nas fases anteriores poder-se ia falar em direitos de príncipes, de etnias, de estamentos, ou de grupos, mas não de direitos humanos como faculdades jurídicas de titularidade universal. O grande

invento jurídico político da modernidade reside, precisamente, em haver ampliado a titularidade das posições jurídicas ativas, ou seja, dos direitos a todos os homens, é em consequência, ter formulado o conceito de direitos humanos (PEREZ-LUÑO, 2006, p.24 -25).

Não há, pois, que se negar a indubitável batalha por direitos sociais e humanos dentro de uma perspectiva coletiva juridicamente falando. Esse entendimento leva a crer igualmente na força das camadas populares, quando estas atuam de forma harmônica, em busca de interesses iguais.

2.1.1 Século XVIII e XIX iluminismo, liberalismo e doutrinas socialistas

Portanto, o século XVIII e o século XIX irão operar profundas transformações na esfera dos direitos humanos. Durante o século XVIII se pode perceber que é criada a ideia de que os direitos humanos fazem parte da própria essência da natureza humana, ou seja, eles não são criados pelos homens ou pelo Estado, eles são preexistentes ao direito. Os princípios e valores universais abstratos apropriados pelos indivíduos são inerentes à sua condição de seres humanos e passam por transformações circunstanciais e orgânicas de acordo com a época em que estão inseridos. Ora, no final do século XVIII e mais claramente no século XIX, a sociedade europeia estruturava-se desigualmente e as diferenças entre as classes já eram evidentes. Ao propor a igualdade de todos perante a lei, criava-se um direito igual para desiguais. Em outras palavras, as pessoas não eram desiguais porque nasciam iguais e livres, mas porque tinham direitos iguais perante a lei, feita por quem dominava a sociedade. É assim que a história se desenvolve nas formas até agora existentes, quais sejam, nas sociedades fundadas na exploração do trabalho, na propriedade privada e na divisão social do trabalho (BARROCO, 2014).

Desse modo, as tendências dominantes de cada época coexistem com possibilidades de negação, com maior ou menor intensidade, dependendo do contexto, das forças sociais, dos projetos humanos. Do humanismo nascente, ao individualismo burguês, os valores adquirem densidade histórica; o homem é tratado como indivíduo autônomo em função de sua racionalidade e de sua mobilidade social. Alicerçada no trabalho, tendo em vista o desenvolvimento das forças produtivas, a liberdade se objetiva como capacidade humana e valor imanente (BARROCO, 2014).

Quanto à igualdade e à segurança afirmada na declaração dos direitos humanos Marx (2010) afirma:

Falta considerar ainda os outros direitos humanos. A palavra *égalité* tem aqui significado político e nada mais é do que a igualdade da liberdade tal como acima definida: todo homem é igualmente considerado tal como uma múnada fundada sobre si mesma [...] e a segurança? A segurança é o mais elevado conceito social da sociedade burguesa, o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros à “conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade (MARX, 2010, p.44).

Os movimentos cartunista na Inglaterra influenciaram os direitos humanos, estes foram se enriquecendo de força da democracia e do socialismo. Com relação aos regimes que a precederam, a Segunda República, nascida em 1848, marca o começo de uma nova fase de explosão das liberdades, mesmo que esta seja mais breve que a anterior.

Passa-se a considerar como imprescindível para a constituição da cidadania, a igualdade de direitos, oriunda da natureza humana comum e nela baseada, simultaneamente estipula-se a liberdade como também componente indispensável, seja ela política ou individual, proteção contra arbitrariedades em relação a indivíduos ou seu patrimônio, direito de ir e vir, de pensamento, de se reunir (SIQUEIRA; LOPES, s/p)

Para Émile Durkheim (1999), a ideia de cidadania está vinculada à questão da coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica, que é gerada pela divisão do trabalho e se expressa no direito civil. Assim, quando o indivíduo desempenha diferentes funções sociais, está interessado numa sociedade que se apresenta como um organismo estruturado. Seu papel como cidadão é cumprir suas obrigações e desenvolver uma prática social que visa à maior interação possível. Ao participar da solidariedade social, levando em conta as leis e a moral vigentes em uma sociedade, o indivíduo desenvolve plenamente sua cidadania. Para Boaventura de Sousa Santos (1997):

A marca ocidental, ou melhor, ocidental liberal do discurso dominante dos direitos humanos pode ser facilmente identificada em muitos outros exemplos: na Declaração Universal de 1948, elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo de direitos individuais, com a única exceção do direito colectivo à autodeterminação, o qual, no entanto, foi restringido aos povos subjugados pelo colonialismo europeu; na prioridade concedida aos direitos civis e políticos sobre os direitos económicos, sociais e culturais e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e durante muitos anos, o único direito económico (SANTOS, 1997, p. 113).

Então, aqui começa a ser dado o segundo passo rumo a uma concepção ampliada de direitos humanos, são as classes trabalhadoras industriais a forçar os limites impostos aos direitos humanos pela burguesia liberal, lutando para que a igualdade civil fosse ampliada na direção da igualdade política e, mais a frente, da igualdade social.

O liberalismo puro gerou grandes desigualdades sociais, onde uma minoria detinha os meios de produção e as propriedades, enquanto uma maioria trabalhava com péssimas condições e uma excessiva carga horária de trabalho. De acordo com Pinto e Yamamoto (1999):

Em meados do século XVIII, diante da revolução industrial a Europa foi marcada por várias crises económicas, causando repercussão política e social diante desses acontecimentos, as formas de assistência utilizadas tiveram que ser alteradas, já que não respondiam às necessidades que aquele momento pedia, sendo necessário um serviço social institucionalizado que deixava de fazer caridade, sua característica principal, para obter conhecimentos técnicos e aplicá-los ao novo modelo de assistência (PINTO E YAMAMOTO, 1991, p. 02).

Isso demonstra que ao longo da história da humanidade sempre houve opressores e oprimidos. A classe burguesa costumeiramente se põe a frente dos menos favorecidos e patrocina todo tipo de atrocidade. Mas, felizmente ao final do século XIX e início do século XX são dados os primeiros passos para diminuição dessas desigualdades.

3 O SÉCULO XX: Estado de bem-estar social, neoliberalismo e a

consolidação do serviço social no brasil e no mundo

A consolidação do Serviço Social como profissão se deu a partir da divisão do trabalho, que, de acordo com Iamamoto (1992, p. 88) “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária”. A profissão se afirma como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão das necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 1992). Ainda, se torna importante pontuar que o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho “encontra-se estritamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestações de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2012, p. 89). Estas instituições que possibilitaram o aumento do mercado de trabalho para os assistentes sociais, como trabalhadores especializados.

Compreende-se assim, que o Serviço Social na sua contemporaneidade, considerando seus pressupostos, sócio históricos, pois a profissão surge no Brasil influenciada pela Igreja Católica, e fundamentada pelas bases neotomistas de São Tomás de Aquino, seguindo o modo de pensar e agir do Serviço Social norte americano (REIS *et al.*, 2010).

Para tanto, o Serviço Social no Brasil emerge no ano de 1936, na cidade de São Paulo, com a primeira escola de Serviço Social e no ano de 1937 no Rio de Janeiro, momento em que são formadas as primeiras assistentes sociais, com a visão conservadora, calcada em um fundamento religioso arcaico, mantenedor da “ordem” (REIS *et al.*, 2010).

Desta forma, sete anos após o primeiro código de ética, no ano de 1954, é aprovado o 1º currículo mínimo para o curso de Serviço Social, depois de muita luta da profissão, juntamente com a Associação Brasileira dos Assistentes Sociais (ABAS) e a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) tendo grande repercussão para o Serviço Social brasileiro (REIS *et al.*, 2010). E no ano de 1967 ocorre o seminário de Araxá para discutir a revisão crítica, em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares (AGUIAR, 1995).

No entanto foi na década de 1960 que houve um período de mudanças, como na reformulação do código de 1947 para o de 1965, logo em seguida ocorreu o golpe militar, sofrendo influências da ditadura. As mudanças no documento direcionam a importância de zelar pela família, visando à harmonia, o equilíbrio e a paz social (AGUIAR, 1995). O Código de 1965 consolida sua missão: conservar toda estrutura ideológica, a partir do contexto da autocracia burguesa, como forma ídeo-política do conservadorismo burguês (REIS *et al.*, 2010). Perpassando o período da ditadura, o movimento de reconceituação foi “um fenômeno tipicamente latino-americano na década de 1965, dominado pela contradição ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão” (IAMAMOTO, 2007, p. 205-206). Paulo Netto (2007, p. 17) descreve a erosão do governo militar na segunda metade da década de 1970,

Quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças

democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional (PAULO NETTO, 2007, p.17).

De modo que, os seminários, colóquios e congressos realizados pelas entidades de classe do Serviço Social (CFAS, CRAS, ABESS e ENESSO), foram pontos importantes do debate profissional, quando a categoria se adensou na discussão do seu fazer profissional, articulado com a CENEAS, questionando seu espaço sócio-ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, inclusive discutindo seu piso salarial. No III CBAS, fica claro que a intenção de ruptura se consolida no âmbito profissional, pois neste Congresso conhecido como o “Congresso da Virada”, a categoria repudia veementemente a posição conservadora da Coordenação do evento (REIS *et al.*, 2010). A CFAS (1997) *apud* (GUIMARÃES, 1997, p. 41) enfatiza a avaliação do evento:

1. a preparação da III CBAS, que não garantiu a consulta aos assistentes sociais, através de discussões amplas e democráticas;
2. a forma de organização, que impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição do Congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros;
3. a limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente daqueles próximo à conclusão do Curso, que não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira;
4. a definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuam para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico;
5. o repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assume atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos, numa tentativa de impedir a emancipação dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares (CFAS, 1997).

Com a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil, durante o ano de 1988, a profissão caminha em uma identidade profissional voltada à classe trabalhadora, assumindo uma prática mais humanizada e com maior enfoque nos direitos dos cidadãos (REIS *et al.*, 2010), tendo como valor central a liberdade em favor da equidade e da justiça social (BRASIL, 1988).

Durante o ano de 1980 juntamente com as bases de MARX, ocorreram as maiores transformações do serviço social, depois da aproximação do código de ética de 1986, dando autonomia a profissão, considerando um marco na profissão, e com isso caminhou na construção de uma identidade profissional voltada à classe trabalhadora, assumindo uma prática mais humanizada e com maior enfoque nos direitos dos cidadãos (REIS *et al.*, 2010).

A nova concepção curricular do assistente social indica:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
2. A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico

de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (CRESS, 2007, p.29).

Através da lei 8.662/93, do código de ética profissional do assistente social, ficou estabelecido uma formação livre do conservadorismo, buscando uma compreensão mais crítica da dinâmica social enfrentada pelo assistente social, e neste contexto definindo que as diretrizes devem implicar numa competência teórico metodológica, ético-política e técnico operativa” (CRESS, 2007, p.31).

Já a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social):

O desafio para os assistentes sociais é o de tomada de posição ética e política que insurja contra os processos de alienação vinculados a lógica contemporânea, impulsionando a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho (ABEPSS, 2004, p. 79).

O assistente social volta o seu olhar para uma perspectiva de autonomia e emancipação da classe trabalhadora, no que refere a luta de seus direitos como marca forte de um posicionamento coletivo, que se faz mediante participação popular nas políticas inerente aos mesmos, como forma de chamá-los à cidadania (REIS *et al.*, 2010).

Para Yamamoto (2007, p. 161) “[...] os assistentes sociais por estar inseridos na ponta final da prestação dos serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza [...]”. Deste modo, o trabalho do assistente social resulta em transformações no seu ambiente de trabalho em seu contexto ético-político.

3.1 O serviço social gestado nos princípios filantrópicos e suas transformações

Pode-se perceber que os direitos humanos tem uma historicidade, que não nascem ao acaso, e sim através da dinâmica social, influenciada pela dialética da civilização, transparecendo através das lutas que os diferentes agentes sociais travaram ao longo da história revelando, uma dinâmica em que era necessário cada vez mais o trabalho do assistente social, um pouco diferente das formas que se conhece hoje, porém, se pode perceber desde sempre que a luta pelos direitos fundamentais do homem e o nascimento e consolidação do trabalho filantrópico andam de mãos dadas, em uma confluência de transformações que vieram a se desenvolver mais efetivamente a partir da revolução industrial, que trouxe consigo uma diversidade de novos problemas e dilemas para a civilização ocidental, dentre

eles: exploração infantil, uma excessiva carga horária de trabalho, exploração do trabalho feminino, enfim, problemas que feriam os princípios fundamentais presentes na declaração dos direitos humanos e que se fazia necessário a interferência de setores que pudessem auxiliar na proteção desses sujeitos, é aí que podemos encontrar as raízes do nascimento do serviço social. Citando Martinelli (2010):

A criação das primeiras escolas e profissionalização do serviço social tinham como principal foco qualificar os técnicos para o serviço profissional, Mary Richmond, da sociedade de organização da cidade de Baltimore, desempenhou um significativo papel para torná-las realidade, mais do que divulgar, sugeriu que fosse criada uma escola para o ensino da filantropia aplicada, acreditava Richmond que só através do aprendizado poder-se ia a necessária qualificação para realizá-lo (MARTINELLI, 2010, p. 02).

Ou seja, a criação dos cursos de profissionalização do assistente social nasce da necessidade de se organizar um trabalho cada vez mais voltado ao atendimento ao público através de uma prática social baseada nos princípios filantrópicos, surgindo primeiramente na cidade de nova Iorque no final do século XIX.

Essa trajetória passou por muitas mudanças, de acordo com os acontecimentos de cada época, fazendo com que os cursos destinados a formação dos técnicos aumentassem cada vez mais. Por fim, com a barbárie da segunda guerra, mundial os homens tomaram cada vez mais consciência da necessidade de não mais permitir que aquelas atrocidades se repetissem, expressa através do conceito de “banalidade do mal” da filósofa judia Hannah Arendt (2004), o holocausto revelou aquilo que de mais cruel o ser humano foi capaz de fazer. Isso culminou em mecanismos de defesa e proteção dos direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas e na declaração de muitos tratados internacionais que tinham como característica principal o tema dos direitos humanos, como a declaração universal dos direitos do homem como ideal comum de todos os povos. Nesse período estavam em funcionamento aproximadamente duzentas escolas espalhadas pela Europa, estados unidos e América latina. Para Pinto e Yamamoto (2010):

Florence Nightingale para Richmond teve um importante papel, a quem se referiu como “pioneira do trabalho social” que colocava a visita domiciliar como trabalho de maior importância acreditando ser indispensável conhecer a realidade da família em seu domicílio, seguindo as instruções de Nightingale, Richmond passou a estabelecer como principal objetivo dos seus primeiros cursos a preparação de visitantes domiciliares (PINTO E YAMAMOTO, 2010, p. 3).

E é em meio a essa conjuntura que ocorre a consolidação do Serviço Social como profissão, uma vez que em meio ao sistema capitalista e conseqüentemente a partir da divisão do trabalho, que, o profissional é inserido em espaços de trabalho, e de acordo com Yamamoto (1992, p. 88) “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária”. Desta forma, a profissão afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão das necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (YAMAMOTO, 1992).

Ainda, se torna importante pontuar que o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho “encontra-se estritamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestações de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2012, p. 89). Estas instituições que possibilitaram o aumento do mercado de trabalho para os assistentes sociais, como trabalhadores especializados. De acordo com Yazbek (2009, p. 129) “a institucionalização do Serviço como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações sociais na consolidação do capitalismo monopolista”. Já para Netto (2011, p. 18), a gênese do Serviço Social como “prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” está hipotecada ao tratamento dado a questão social.

Sabemos que Serviço Social é uma profissão que nasceu vinculada ao pensamento conservador (NETTO, 2011). Iamamoto (2008) foi uma das pioneiras no campo do Serviço Social brasileiro, a escrever sobre os fundamentos dessa herança conservadora, por meio de uma teoria crítica. As marcas de origem da profissão estão situadas no “bojo do reformismo conservador” no Brasil, estas renovam e preservam “seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). O Serviço Social situa-se no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando-se na divisão social e técnica do trabalho e com estatuto de trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 1998; 2008). O Serviço social surge com amparo para as classes sociais, devido as demandas oriundas, cujo “alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família (IAMAMOTO, 1998, p.85), e a autora ainda cita que esse profissional criará condições político-ideológicas favoráveis à manutenção das relações sociais, atuando na esfera da vida cotidiana como “organizador, construtor, persuasor, permanente” (IAMAMOTO, 1998, p.85).

A perspectiva é de desenvolvimento dos “ativos” dos pobres, desconsiderando os fatores estruturais da pobreza, atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres [...] Trata-se de “ativar” trabalhos precarizados, intensificados e super explorados... Dessa forma, passamos a viver uma era de despolitização da questão social (YAZBEK, 2014, p. 680).

Com o avanço desse fazer, evidencia-se a visita domiciliar, que teve um marco importante como um dos instrumentos para ações voltadas para educação, principalmente na racionalização da assistência social e suas bases científicas, sendo assim tendo um contato maior com os indivíduos. O trabalho social com famílias existe desde os primórdios do Serviço Social brasileiro (MIOTO, 2010), entretanto as primeiras manifestações de trabalho da assistência social estavam relacionados com a disseminação de uma doutrina religiosa, que reforçava os valores cristãos e também acabar a luta por novos modelos de sociabilidade humana.

3.2O surgimento do serviço social no Brasil e a luta no período ditatorial

No Brasil, o surgimento do Serviço Social pode ser apontado no começo dos anos 30, através da iniciativa dos setores da burguesia e da igreja católica seguindo as ideias do serviço social europeu.

Dessa forma, pode-se perceber uma relação muito equivalente entre o surgimento do serviço social e a luta histórica pelos direitos humanos. É importante ressaltar a importância dos movimentos sociais pelo mundo como forma de estabelecer os direitos humanos numa categoria histórica do pensamento político que se propagou através da luta dos diferentes movimentos sociais, em especial os trabalhadores das indústrias e o movimento feminista.

As reflexões de Yamamoto (1998) permitem conhecer as particularidades do serviço social que surgiu como uma das estratégias concretas de disciplinamento, controle e reprodução da força do trabalho, tendo como papel principal, controlar as lutas sociais.

Com base nesses estudos, é importante ressaltar que, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por lutas históricas que evoluíram para a ressignificação do serviço social. De um lado estavam as forças das organizações sindicais e políticas, que visavam o bem estar no setor operário, e do outro, as forças constitutivas do capitalismo que eram guiadas por o fascismo. A partir daí, muitos outros movimentos surgiram e se espalharam pelo mundo, propagando uma filosofia baseada em conceitos voltados para o bem estar social.

A ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social (ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO, 2014).

Na segunda metade do século XX, como resultado dessa gama de fatos e correntes de ideias, edificou-se uma geopolítica bipolarizada, Estados Unidos, num extremo e União Soviética no outro, concretizando o antagonismo entre capitalismo e socialismo surgido no século XIX. Ao mesmo tempo evidenciaram-se as diferenças entre os países centrais que detinham o desenvolvimento capitalista e os complementares que lhes estavam subordinados econômica e politicamente. De um lado, havia países desenvolvidos e ricos, de outro, regiões com dificuldades crônicas, endividadas e empobrecidas – o terceiro mundo.

Na década de 1960, em seu livro “Cidadania, classe social e status”, o sociólogo inglês T.H. Marshall analisou a relação entre cidadania e direitos no contexto da história. De acordo com esse autor, a questão da cidadania só começou a aparecer nos séculos XVII e XVIII, e ainda assim de forma sutil, por meio da formulação dos chamados direitos civis. Naquele momento procurava-se garantir a liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, à liberdade contratual, principalmente a de escolher o trabalho, e, finalmente, a justiça, que devia salvaguardar todos os direitos anteriores.

Foi justamente nessa década (1960), mais especificamente no ano de 1965, que se deu início ao movimento de reconceituação do serviço social, surgindo da necessidade de dar um novo rumo à profissão devido às profundas transformações socioeconômicas que a sociedade brasileira atravessava. Para Martinelli:

Os agentes sociais assumiram o movimento de conceituação como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do serviço social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a crítica, tal movimento procurou aglutinar em torno de seus objetivos a maior parte dos seus agentes profissionais (MARTINELLI, 2010, p. 2).

Sublinhasse que assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da ditadura, muitos foram alvos da repressão. Ainda que uma parcela tenha marcado presença no combate à ditadura, “é fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir (ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO, 2014). Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática (NETTO, 2009).

Já com o implante do regime político ditatorial, os movimentos políticos emergentes durante o período populista foram desmobilizados, mudando o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria dos assistentes sociais atuavam junto a estes movimentos, com a intenção de construir um compromisso explícito do Serviço Social com os interesses dos setores populares (ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO, 2014). Com o golpe militar, este trabalho é interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico (SILVA, 2011).

Assim, mesmo depois do colapso do socialismo real e do fim da União Soviética em 1991, a supremacia capitalista globalizada acentuou as desigualdades entre o mundorico, locomotiva do desenvolvimento econômico e a questão social, nascido com a maturidade capitalista na Revolução Industrial, ganhou, no final do século XX, forma global em contínuo avanço, constituindo as divergências que aglutinavam os teóricos políticos e econômicos do final dos anos 1990 (VIEIRA, 2009).

Com isso, os direitos humanos começam a ser pensados, em todas as partes do planeta, até mesmo em nações que não assistiram à força de movimentos de natureza socialista, como os Estados Unidos e Japão, para além dos limites das liberdades individuais, passando a ser abordados de maneira vinculada a uma série de necessidades vitais para a emancipação das classes trabalhadoras. O surgimento da concepção de democracia, uma das marcas da segunda metade do século 19, concorre com a consolidação da defesa e da promoção do trabalho e do emprego, por intermédio das entidades sindicais de trabalhadores e partidos de base popular (DELGADO; PORTO, 2007).

Portanto, através de um processo de constante reconfiguração, o trabalho do assistente social anda de mãos dadas com a efetivação dos direitos daqueles que sempre tiveram suas liberdades negadas historicamente ao longo da história brasileira. É sabido que para que esses direitos sejam garantidos é necessária a participação de atores sociais politicamente engajados em causas humanitárias e políticas, no sentido mais amplo da palavra, e o assistente social aparece como um elo entre esses sujeitos e o desenvolvimento de políticas públicas, “a prestação de serviços sociais (educação, saúde, habitação, assistência etc.) passa a contribuir para a reprodução e maior produtividade da força de trabalho” (SILVA, 2011, p. 51).

Conforme relatado anteriormente, a segunda guerra mundial trouxe à tona a necessidade de se lutar de forma mais atuante para a consolidação e garantia dos direitos humanos. Na América Latina, as ditaduras civis-militares fizeram igualmente surgir essa necessidade, pois foram instalados diversos golpes militares que puseram em cena o total desrespeito aos direitos humanos em todas as esferas (TAVARES, 2013). A aproximação do Serviço Social à tradição marxista realizou-se “sob exigências teóricas muito reduzidas - as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ideopolítica, donde um cariz fortemente

instrumental nessa interlocução" (NETTO, 1989).

Exatamente no ano de 1942, criou-se a Legião Brasileira de assistência (LBA), abrangendo todo o território nacional, com o intuito de amparar e voluntariar por todo o território brasileiro, prestando serviço a grupos que nunca tinham sido alcançados pelo poder público no Brasil, mediante organização da sociedade civil. Em dezembro de 1964, foi criada a Fundação nacional do bem-estar do menor (FUNABEM), que tinha a finalidade de prestar uma política do bem-estar do menor, através de diretrizes políticas e técnicas. Já em nível estadual criaram-se as FEBEMs, que são órgão voltados para o atendimento direto aos menores e que são orientados pelas práticas da FUNABEM (FUNABEM, 1988).

Já em 1988, com o advento da Constituição Federal, o serviço social é inserido pelo constituinte no âmbito da Seguridade Social. Com isso, o assistencialismo foi reconhecido como uma política pública, integrando, juntamente com as políticas de saúde e previdência, um sistema de proteção social.

Houve um alargamento dos direitos sociais e do campo da proteção social no país, com a expansão da responsabilidade pública no enfrentamento de problemas até então deixados sob a responsabilidade da iniciativa privada. O constituinte, atento à miséria e à desigualdade existente em nosso país, reconheceu a assistência como um direito social, inserindo-a no bojo da Carta, passando a ser mais um dos direitos a ser provido pelo estado de bem-estar social, novo modelo de Estado, oriundo da nossa lei maior (MARTINS, 2017).

A inclusão da assistência social na Constituição Federal de 1988 e as medidas adotadas pelo Estado representaram um avanço para o país, na medida em que retiraram da miséria grande parte da população, reduzindo a desigualdade econômica e social existentes. Porém, o oferecimento de serviços de qualidade e de cursos de capacitação, acompanhados de políticas voltadas a melhoria do mercado de trabalho, devem ser priorizados, a fim de que as pessoas alcancem sua independência financeira, através do trabalho remunerado, promovendo-se, assim, o alcance da dignidade da pessoa humana, através do alcance de seu êxito e satisfação pessoais (BICCA, 2011).

O desenvolvimento da profissão do assistente social é profundamente marcado pela influência das lutas dos movimentos sociais, numa confluência dialética-política em que os direitos humanos são sempre colocados na ordem do dia, na discussão, avaliação e implementação. Isso tudo amparado em documentos que foram elaborados para facilitar essa relação, como o código de ética profissional dos assistentes sociais, de 1993, que destaca 11 princípios responsáveis por direcionar um trabalho ético, político, social, pautado em uma ideia do "ser social" que busca garantir seus direitos de cidadão e sujeito político. De acordo com Aquino e Maciel (2010):

Na contemporaneidade, o serviço social depara-se com uma nova perspectiva no que diz respeito à sua feição acadêmico- profissional e também social. Nesse contexto, ele se volta, especificamente, para o trabalho e para os trabalhadores, sobretudo para os aspectos associados à conquista de direitos mais amplos- por exemplo, o acesso à terra, a fim de que esta possa promover maior equidade social no meio rural. Além disso, a conquista plena da democracia deve perpassar a liberdade e a justiça social, como previsto pelo arcabouço jurídico- legal, consolidando, com isso, a cidadania e os direitos humanos previstos no código de ética do assistente social e expressos no seu projeto ético político (AQUINO e MACIEL, 2010, p.12).

O assistente social, neste sentido, se configura como um importante aliado dos necessitados, devendo ser um primeiro passo a alavancar o indivíduo para uma vida independente, permitindo seja ele alcançado por outras políticas públicas, culminando com a sua inserção no mercado de trabalho, subsistindo os benefícios de renda apenas àquelas cujas características extremamente vulneráveis não lhes permita trabalhar.

Desta forma, como aponta o projeto ético político do Serviço Social, essa categoria vem representadas por lutas e constantes buscas de crescimento profissional, também marcando o rompimento e crítica ao conservadorismo. Assim, traz como premissa aliberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania. Neste sentido, “pensar a importância deste projeto ético-político para a profissão e como este se materializa nas diversas ações cotidianas, se mostra como fonte inesgotável de debate e análise” (SGORLON, 2017, p.2). Como apresenta Netto (1999), para que um projeto profissional se sustente, é necessário “um corpo profissional fortemente organizado” e esta organização requer um direcionamento sustentado nas legislações vigentes específicas da área, bem como, em seu projeto ético-político. A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil e em todo mundo, em nossa perspectiva, não se restringe à ampliação dos direitos para reduzir a desigualdade. Isso é pouco, é insuficiente (BOSCHETTI, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das conquistas obtidas na área dos direitos políticos e sociais, nos séculos XIX e XX, deveu-se ao quadro de transformações operadas no mundo ocidental através das lutas dos movimentos sociais envolvendo diferentes personagens que protagonizaram verdadeiras europeias em busca da solução envolvendo questões de propriedade, renda, consumo, educação formal, liberdade sexual, religiosa etc.. Observadas diretamente ou pelos meios de comunicação, as desigualdades nas sociedades modernas, sejam estas, desenvolvidas ou não, são incontestáveis, expressam-se na pobreza e na miséria.

Os direitos humanos diante do contexto histórico, foi impulsionado por vários acontecimentos históricos, que ao longo dos anos foram assegurados os direitos básicos de forma universal, como forma de proteger, garantindo assim a paz e o respeito entre os cidadãos, mesmo assim ainda há muito o que se discutir a respeito dos direitos humanos, como por exemplo, o direito de poder reivindicar por direitos, que muitas vezes podem ser calados ou silenciados. Alguns direitos foram conquistados como a diminuição da desigualdade entre homem e mulheres no mercado de trabalho, algumas ações são voltadas pela igualdade racial, a diminuição do número da taxa trabalho infantil, dentre outros avanços que podem ser considerados grandes conquistas. No Brasil os direitos humanos ainda sofrem retrocessos, diante das altas taxas de homicídios, a violência contra as mulheres, abuso policial, a miséria, trabalho em situação análoga a escravidão, o falho sistema prisional e por fim ameaça aos defensores dos direitos humanos, dentre outras.

Infelizmente, ainda faz parte do senso comum da sociedade, a ideia de que o trabalho do assistente social não passa de uma mera “ajuda” às pessoas, uma espécie de obra de caridade. Mas o trabalho vai muito além. Ser assistente social é

ser propositivo, dinâmico, é saber desvendar as inúmeras desigualdades sociais que se apresentam no contexto social e econômico brasileiro. Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social se constitui como um importante elo entre os sujeitos excluídos ao longo da história, para que se possa dar voz àqueles que foram esquecidos pelos donos do poder e tiveram seus direitos historicamente negados.

Essa visão não deve ser entendida como uma visão maniqueísta da história, onde se tem “o lado bom” e “o lado mal”, mas sim, tentar mostrar que é através dessa dialética de tensões e conflitos que se configura a consolidação das conquistas pelos direitos sociais, revelando os sujeitos anônimos da história, que foram excluídos da historiografia oficial, pois sabemos que a história foi escrita pelos vencedores. Daí a importância do trabalho do assistente social, aquele que vai ao encontro desses sujeitos anônimos. Através das visitas domiciliares, dos projetos de intervenção e inclusão social, desenvolvidos nas periferias das grandes cidades.

Procurou-se mostrar ao longo deste trabalho que o assistente social, principalmente na contemporaneidade, se revela como um sujeito atuante nas diversas esferas sociais, daí a necessidade de se buscar as origens do seu trabalho, fazendo a ponte com o desenvolvimento histórico dos direitos humanos.

Historicizar essas categorias epistemológicas, significa apontar novas possibilidades de pesquisa e novas alternativas de análise nas pesquisas acadêmicas, através do diálogo entre a história, a sociologia e o pensamento acerca do serviço social brasileiro. Pode-se constatar, por estas conclusões, que o serviço social participou ativamente da luta pela emancipação das classes populares, passando pelas lutas sociais travadas no “outono da idade média”, pelas lutas dos trabalhadores durante o processo de industrialização, na luta pelos direitos civis que foram decepados durante a segunda grande guerra e, de forma não menos cruel, durante as ditaduras militares.

A luta do profissional do serviço social é constante e interminável, a luta dos direitos, da cidadania e da justiça social, que surgiu a partir das demandas sociais e é referendado pelas classes menos favorecidas socialmente, porém com outra ótica: a do compromisso com essa parcela da sociedade, em busca da transformação de suas realidades, e tendo como parceiros outros profissionais e os usuários, na certeza de que o direito efetivamente constituído ao longo da história é um bem de todos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Armando. **A teoria Lockeana da separação dos poderes**. p. 16.

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político**. Revista Quadrimestral do Serviço Social, ano 24, n. 79. São Paulo, Cortez, 2004

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995

A palavra da FUNABEM. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 1988, v. 8, n. 1 [Acessado 14 Maio 2022] , pp. 6-7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98931988000100003>>. Epub 28 Set 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931988000100003>.

AQUINO, Maura Alvarenga de; MACIEL, Fabrícia Cristina de. **Direitos Humanos e Cidadania: um Desafio ao Serviço Social Contemporâneo.** Disponível em http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/2/2br_alvarenga_de_aquino_stamp.pdf Acesso em: 12/12/2014

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CRESS – **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL.** 7ª Região. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2007.

DURKHEIM, Émile . **Da divisão do trabalho social.** 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. **O Estado de bem-estar social no capitalismo contemporâneo.** Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, v. 33, n. 128, p. 155-164, out./dez. 2007.

KUMPEL, Vitor Frederico & SOUZA, Luiz Antônio de. **Direitos Humanos: Conceito e Evolução Histórica.** Disponível em: http://servicos.damasio.com.br/cursoapostilado/pdf/EAD_200_humanos.pdf Acesso em: 20/12/2014.

em:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. 1934 - **Curso de Direito Constitucional.** 36ª. ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 162.

GUIMARAES, Telma Sampaio. **O projeto de ruptura do Serviço Social: o compromisso sócio-profissional.** Dissertação de mestrado apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo; 1997

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Proteção dos Direitos Humanos na Ordem Interna e Internacional**. São Paulo: Forense, 1984

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Carl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo, Bom tempo, 2010.

MIOTO, R. C. Família, **trabalho com famílias e Serviço Social**. Revista Serviço Social. Londrina, vol. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MONTESQUIEU. **Do espírito das Leis**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Editora MartinClaret. 2003.

NETTO, José Paulo (2009). III CBAS: **Algumas referências para a sua contextualização**. In: CFESS (Org.) 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

PAULO NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Bruna Aparecida Cavagliero; YAMAMOTO, Maira Inês Teixeira. **Desenvolvimento Histórico do Serviço Social**. Disponível em: http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/artigo_10.pdf
Acesso em: 14/12/2014.

REIS, Ana Paula dos, PASCOAL, Henice de Freitas, FRANCA JUNIOR, Reginaldo Pereira et al. **O avanço neoliberal no contexto do serviço social: o projeto ético-político enquanto instrumento de defesa..** In: SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7., 2010, Franca.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua Nova, São Paulo, n. 39, 1997.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. (2011). (org.) **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7a. ed. São Paulo: Cortez.

Tavares, Maria Augusta Marx, **marxismos e Serviço Social**. Revista Katálisis

[online]. 2013, v. 16, n. 1 [Acessado 14 Maio 2022] , pp. 9-11. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100002>>. Epub 27 Maio 2013. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100002>.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2ª Edição, São Paulo, 2010, Saraiva.

TEIXEIRA, Amanda Viana de Amorim. **SOCIEDADE DE CLASSE E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE**. Temporalis,,: Society of class and human rights: contributions to debate, [s. l], p. 94-109, 2018.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo:Peiropólis, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

WAGNER, Leonie. **Serviço social e movimentos sociais: uma não-relação?**. Civitas:Revista de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, jan-jun/2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho profissional**. In. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, 2014.